

COMENTÁRIOS SOBRE AS ORIGENS FILOSÓFICAS E IMPLICAÇÕES DO NEGACIONISMO

Francisco Caruso¹

Adílio Jorge Marques²

RESUMO: Procura-se identificar algumas das origens históricas do negacionismo, dando ênfase aos seus aspectos filosóficos. Apresenta-se uma revisão de alguns conceitos basilares como os de verdade e episteme, destacando o quanto foram importantes na História das Ideias e na Filosofia Ocidental. Analisa-se, ainda que de forma resumida, o aspecto social da questão, por meio da compreensão da mudança do sujeito e suas relações de trabalho ao longo da História, principalmente no período pós-industrial. Por fim, discute-se a *práxis* negacionista, destacando suas principais influências filosóficas e consequências.

PALAVRAS-CHAVE: Negacionismo. Verdade. Filosofia. Sujeito.

ABSTRACT: It is tried to identify some of the historical origins of denialism, emphasizing its philosophical aspects. A review of some basic concepts such as truth and episteme is presented, highlighting how important they were in the History of Ideas and Western Philosophy. The social aspect of the issue is also analyzed, through the understanding of the subject's change and his work relations throughout History, mainly in the post-industrial period. Finally, the negationist praxis is discussed, highlighting its main philosophical influences and consequences.

KEYWORDS: Denialism. Truth. Philosophy. Subject.

¹ Doutor em Física pela *Università degli Studi di Torino*, Itália. Professor Associado aposentado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Pesquisador Titular do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), Brasil. E-mails: caruso@cbpf.br ou francisco.caruso@gmail.com. ORCID: orcid.org/0000-0002-5481-9762

² Doutor em História e Epistemologia das Ciências pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente é Professor Adjunto do Departamento de Tecnologias e Linguagens - DTL/IM da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil. E-mails: adiliojm@yahoo.com.br ou adiliojm@gmail.com. ORCID: orcid.org/0000-0002-9341-5357



*Veritas nunquam perit*³.
Sêneca

1. INTRODUÇÃO

Talvez, uma das maiores ameaças atuais à civilização e à democracia seja a expansão assustadora dessa onda mundial de negacionismo⁴ que se tem testemunhado. É urgente, portanto, que a Filosofia se ocupe desse fenômeno e ofereça subsídios para melhor compreendê-lo, capazes de embasar ações voltadas a combatê-lo. O principal escopo deste artigo é dar uma contribuição crítica nesse sentido.

O texto, de natureza ensaística, foi dividido em sete seções (incluindo esta Introdução), além das referências bibliográficas ao final. Inicialmente, abordam-se os riscos que uma sistemática negação da verdade⁵ traz para a sociedade e a democracia (Seção 2); em seguida, faz-se uma breve apresentação dos principais desafios colocados pelo negacionismo crescente (Seção 3). Na Seção 4, dividida em três subseções, foca-se nos conceitos de *verdade* e *episteme*, tais como introduzidos na Filosofia Grega (Seção 4.1), pois ambos permeiam qualquer discussão filosófica sobre o conhecimento, até os dias de hoje. Na Seção 4.2, critica-se o uso recorrente da negação pelos Sofistas, sem perder de vista que ela, em si, não é algo necessariamente negativo; ao contrário, desempenha um papel fundamental na própria Filosofia, na Lógica, assim como na Ciência. Como será visto na Seção 4.3, o Renascimento Italiano resgata valores clássicos, dentre os quais o ideal de que a verdade é essencial à

³ “A verdade nunca perece” (Sêneca).

⁴ O termo “negacionismo” aparece no cenário pós II Guerra Mundial referindo-se especificamente ao questionamento da existência do Holocausto (ver, por exemplo, o filme *Negação*, dirigido por Mick Jackson e escrito por David Hare, 2016). A partir de então, ampliaram-se suas utilizações e surgiram outras vertentes para o emprego desse vocábulo. Pode-se, dessa maneira, por exemplo, falar de *negacionismo histórico*, de *negacionismo científico* ou, tão somente, de modo genérico, *negacionismo*.

⁵ Se o público-alvo deste artigo não fosse habituado a ler Filosofia, poder-se-ia, como fez Harry Frankfurt em seu livro sobre esse conceito, evitar definir aqui as noções de verdade e falsidade, apelando para o senso comum das pessoas, ou o que significa *dizer a verdade* (Frankfurt, 2007, p. 16-19). Na linguagem comum, se diz que quem a afirma exprime “aquilo que é” ou como as coisas são na realidade. Do contrário, incorre-se na defesa do falso (CSFG, 1977, p. 1246). Sugere-se ao leitor interessado em uma abordagem não técnica desse conceito, da sua evolução filosófica, de seu valor, bem como em uma introdução ao debate contemporâneo sobre esse tema que consulte o livro “Truth” (Wrenn, 2014). Entretanto, como se trata de uma publicação em uma revista de Filosofia, os autores se permitirão tecer alguns comentários, sem entrar em detalhes, sobre o conceito filosófico de verdade e seu papel no desenvolvimento do pensamento ocidental na Seção 4 e ao longo do texto quando necessário.



compreensão do Mundo. Na Seção 5, trata-se esquematicamente das sucessivas mudanças do conceito de *sujeito* que permitiram o surgimento do *sujeito negacionista*. A Seção 6 é dedicada a abordar propriamente a *práxis* negacionista, destacando o quanto esta é uma manifestação do *sujeito pós-industrial*. Alguns comentários finais são apresentados na Seção 7.

Dito isso, cabe ainda explicitar, em suma, que se pretende aqui, muito mais do que apresentar respostas, colocar algumas questões no plano das ideias que contribuam para o debate acadêmico (e mesmo para além da Academia) sobre a fundamentação filosófica que se esconde atrás do negacionismo.

2. AMEAÇAS À VERDADE

A verdade morreu! Esta afirmativa – que, num primeiro momento, pode parecer absurda – não está longe de vir a se tornar realidade em um futuro distópico, não tão distante, infelizmente, à semelhança do retratado por George Orwell no clássico “1984” (Orwell, 2009), haja vista o severo e metódico ataque ao qual o conceito de *verdade* vem sendo submetido há algum tempo, principalmente no Ocidente. A atualidade desse clássico da literatura mundial nos albores do século XXI é espantosa e indiscutível. Se essa ampla investida contra a verdade for ignorada, há o risco de o totalitarismo triunfar em alguma(s) parte(s) do planeta, como o próprio Orwell (2020) alerta. Essa possibilidade, viável em sua visão (com a qual os autores concordam), decorre da fundamentação do totalitarismo na noção de *mentira institucionalizada*, que, em última instância, agride a razão e obstrui a possibilidade de liberdade de pensamento.

Por outro lado, a mentira sempre existiu. No entanto, o objeto de interesse aqui é a *mentira institucionalizada*, a favor de governos ditatoriais ou não. Como exemplo, o próprio George Orwell relata que durante a Guerra Civil Espanhola, pela primeira vez, constatou-se, sistematicamente, uma escalada da falta de correlação entre as notícias e os fatos (Orwell, 2020, p. 96-100). Segundo ele, é exatamente isso que vai caracterizar o século XX: “o



abandono da ideia de que é possível escrever a história com veracidade” (Orwell, 2020, p. 101) – a *institucionalização da mentira*.

Este fato vai alcançar patamares maiores e impensáveis com os nazistas. Por exemplo, Joseph Goebbels, ministro da propaganda de Hitler, acredita que uma mentira repetida várias vezes possa virar uma verdade. Em última análise, ele lança as tristes bases da propaganda moderna, na qual a mentira também se encontra profundamente enraizada e institucionalizada. Essa maléfica característica da Propaganda contribui decisivamente para a *banalização da mentira* (e sua conseqüente aceitação social), pois, cada vez mais, como é evidente, permeia o dia a dia da sociedade de consumo em que se vive.

De outro ponto de vista, Goebbels trabalha com afinco para que a propaganda desempenhe uma função inalienável e vital no estado moderno e, para isso, utiliza-se de um novo meio de comunicação em massa – o *rádio* –, que, em pouco mais de uma década de existência na Alemanha, já alcançava um número considerável de ouvintes naquele país (Taylor, 1983; Marek, 2020). O rádio tinha a vantagem de ter um alcance bem maior que o dos jornais impressos. Outro comentário relevante para o tema desse artigo é que os nazistas perceberam que, frequentemente, era a própria transmissão radiofônica que se tornava o grande acontecimento, não o fato ou a notícia em si (Marek, 2020). Tal percepção, aliada à censura e ao controle das técnicas de comunicação, facilitava a manipulação das informações, a propagação de mentiras e difamações convenientemente plantadas. Impossível não recordar aqui que “o meio é a mensagem”, expressão cunhada por Marshall McLuhan (2007, p. 22).

No Nacional-Socialismo, a propaganda torna-se, então, o coração de todo contato entre o governo autoritário e o povo. É através de uma propaganda mentirosa e sistemática (precursora das *fake news*) que a maioria do povo alemão será ludibriada. Esse foi o meio utilizado para dar materialidade aos primórdios do negacionismo.

Como antecipado na Introdução, muitos historiadores atribuem sua origem à determinação nazista, no pós-guerra, de negar a *Shoa*. No entanto, um exemplo marcante de que, mesmo antes disso, o objetivo maior não era tentar apenas negar o Holocausto, mas sim a própria existência dos judeus na Europa, pode ser encontrado no aclamado filme “A Lista de



Schindler”, de Steven Spielberg, de 1993. Trata-se da fala do carrasco nazista Amon Göth, comandante do campo de concentração de Plaszów, dirigida à tropa de assalto, na véspera da liquidação do gueto de Cracóvia, reproduzida a seguir:

O dia de hoje será lembrado. Anos mais tarde, todos os homens perguntarão sobre ele. O dia é histórico, vocês são parte dele. Há 600 anos, quando em outro lugar procuravam de quem era a culpa da peste bubônica, Casimiro, conhecido como o Grande, disse aos judeus que eles podiam vir para a Cracóvia. Eles vieram. Vieram com seus pertences para a cidade e se estabeleceram, eles tomaram conta, prosperaram nos negócios, na ciência, na educação, nas artes. Eles chegaram aqui sem nada, nada! E prosperaram. Por seis séculos existiu a Cracóvia judia. Pensem, essa noite, esses seis séculos *não passarão de boatos*⁶.

Mais uma comprovação do que é destacado por Orwell (2020, p. 102), em um artigo de 1943: “A teoria nazista nega especificamente a existência de algo chamado «a verdade» (...). O objetivo implícito dessa linha de pensamento é um mundo de pesadelo no qual o Líder ou algum grupo dominante controla não só o futuro como o passado”. E conclui, na mesma página: “essa perspectiva me apavora bem mais do que qualquer bomba (...)”⁷.

Desde o final da II Guerra Mundial, muitos pensadores tentaram compreender ou justificar as origens do nazifascismo. Um deles, que vale a pena destacar aqui, por colocar a *crise da razão* no centro de sua análise, foi o filósofo Max Horkheimer, que, em 1946, publica um importante livro (“Eclipse da razão”) dedicado a discutir como o advento da industrialização em massa – e com ela o consequente domínio da técnica do artesão (*techné*) – e de uma certa racionalização teve impacto transformador sobre o sujeito (Horkheimer, 2015). A irracionalidade trazida pelo nazismo pode ser vista, segundo o autor, como uma *doença da razão*, na qual sua objetividade sucumbe frente à subjetividade. Quanto às consequências (principalmente no que se refere ao sujeito e à verdade) de um mundo predominado pela *tecnologia transformada em tecnocracia*, não se pode olvidar o alerta contundente feito na importante obra de Umberto Galimberti (2019, p. 8): “a técnica não tende a um objetivo, não

⁶ O grifo é nosso. Alguém que não fosse nazista provavelmente diria que esses “seis séculos seriam apenas parte da História” ou algo nesse sentido. No entanto, isso não era aceitável para eles: era preciso reescrever a História de acordo com seu antissemitismo.

⁷ Esse sentimento de pavor é compartilhado pelos autores quando se lembram do que aconteceu recentemente, em meio a uma pandemia, envolvendo os governos de Donald Trump, nos EUA, e Jair Bolsonaro, no Brasil, dessa vez com as redes sociais substituindo o rádio em uma escala sem precedentes na história.



promove um sentido, não abre o cenário da salvação, não redime, não releva a verdade: a *técnica funciona*”.

Em poucas palavras, a motivação para se escrever este artigo, por um lado, decorre diretamente dessa perspectiva apavorante frente à doutrina nazista e, por outro, parte da premissa de que se deve a todo custo buscar a construção de uma sociedade democrática – mais justa e igualitária –, projeto este que depende crucialmente, em última análise, da aceitação do valor da verdade, ou melhor dizendo, da anuência de que é imperativo ao menos buscar-se sempre por ela, ainda que essa noção possa se transformar do ponto de vista sociopolítico, através da História. Tal busca contínua é, em suma, uma garantia de honestidade intelectual e de respeito às leis e aos demais cidadãos. A ciência, ao contrário das ideologias, por exemplo, não se baseia no dogma nem na opinião, e há muito tempo se desenvolve a partir dessa busca incessante, aceitando que as verdades possam ser provisórias, o que não quer dizer que sejam relativas. Elas dependem continuamente de comprovações.

Desse modo, aquilo que é verdadeiro não é maior nem menor dependendo do número de pessoas que nele acreditam. Essa característica primária não diminui, em absoluto, seu valor intrínseco e, por conseguinte, a verdade não deveria ser menosprezada como vem sendo num crescente em escala mundial. Isso porque, só assim, é possível combater e impedir o prevalecimento de dogmas – de qualquer natureza, novos ou antigos – invariavelmente a serviço do autoritarismo. Não se pode ignorar que o negacionismo faz parte de uma estratégia para confundir e manipular a opinião pública segundo a conveniência do poder, seja ele constituído ou pleiteado, o que, do ponto de vista da História das Ideias, inevitavelmente remete à Escola Sofista (Seção 4.2) e à exacerbação do individualismo a partir do século XIX (Seção 4.3).

Como exemplos concretos de como a verdade vem sendo vilipendiada, no mundo da política e da comunicação, pode-se citar o que se convencionou chamar de *fatos alternativos* (Kakutani, 2018), *pós-verdade*⁸ e “*fake news*” (Barbosa, 2019). Todos esses conceitos, incorporados à postura negacionista que se alastra em larga escala, representam um risco à

⁸ Cabe recordar, dado seu impacto e alcance, que o termo *pós-verdade* foi escolhido como palavra do ano pelo dicionário Oxford, em 2016.



democracia. Apenas essa ameaça já deveria bastar para justificar uma reflexão filosófica acerca de suas origens e implicações. Contudo, a tarefa não é fácil. A tendência negacionista tem raízes múltiplas e profundas – nem sempre de identificação direta –, as quais, não obstante, devem ser reconhecidas e investigadas com cautela, profundidade e urgência; algumas dessas origens foram tratadas pelos autores em outro artigo de cunho mais histórico e mais focado no *negacionismo científico* (Caruso & Marques, 2021).

Grosso modo, a adesão ao negacionismo relaciona-se ao aumento do individualismo e do egoísmo⁹, bem como à absurda valorização crescente da tecnocracia, evidentes na sociedade contemporânea pós-industrial, caracterizada fortemente pela produção de bens não materiais (cf. Seção 5), e à tentativa de destruição da memória no sentido histórico-cultural. A esses pontos, soma-se ainda a enorme conectividade propiciada pelas redes sociais como instrumento muito eficaz de comunicação, incluindo a disseminação de mentiras (Barbosa, 2019).

Não se percebe nada de edificante na disposição negacionista e tampouco que justifique subestimá-la. Ao contrário, é urgente explicitar que se trata de uma tática de *guerra declarada à razão*, atingindo a ciência, a cultura e a própria sociedade. Essa grave propensão contemporânea deve, por conseguinte, ser denunciada em toda sua amplitude e combatida, sob pena de se caminhar para tempos sombrios em que prevaleça um obscurantismo cultural, podendo, inclusive, assombrar a democracia.

3. DESAFIOS FRENTE AO NEGACIONISMO

Em primeiro lugar, deve-se enfatizar que, na ciência, a verdade é um constructo lógico, enquanto no plano político, ou seja, no plano da vida na *polis*, abrange o mundo da vida através de práticas, hábitos e costumes, com implicações ético-filosóficas. Nessa construção, sempre coletiva, reside, simultaneamente, a força e a vulnerabilidade do conceito,

⁹ Isso pode parecer paradoxal numa época na qual o acesso à comunicação é, cada vez mais, facilitado. Entretanto, segundo o sociólogo Domenico de Masi, esse egoísmo é essencial ao projeto neoliberal em curso (ver De Masi, 2020).



desde Sócrates, como será abordado na Seção 4. De qualquer forma, deve-se procurar compreender seu processo de edificação em toda sua complexidade, pois entendê-lo bem – incluindo, em particular, sua relação com algumas características gerais e/ou específicas de um determinado período histórico – é essencial para que se possa fazer um diagnóstico do porquê, nos dias de hoje, de haver tanto interesse na “morte da verdade”.

A necessidade de se posicionar abertamente contra essa disposição é muito mais do que algo retórico. Muitas coisas essenciais estão em jogo, inclusive a democracia e a liberdade, como já mencionado. Assim, qualquer tentativa de desprezar, distorcer ou negar parcial ou totalmente a verdade, aqui chamada genericamente de *negacionismo*, deve ser colocada na pauta dos debates urgentes sobre que tipo de sociedade se está construindo. Aceitar passivamente esse processo em curso significa ignorar as graves ameaças à liberdade e à civilidade, muitas das quais têm sido repetida e equivocadamente desdenhadas por uma parcela expressiva das populações em todo o Mundo.

Em segundo lugar, não é incomum se observar, hoje em dia, pessoas preconceituosas tentando relativizar sua opinião para, dessa forma, lograr lhe dar credibilidade numa tentativa de universalizá-la. De certa forma, do ponto de vista filosófico, trata-se de uma clara adesão ao *relativismo*. A aceitação da verdade em sua expressão inicial – e mesmo universal – parece para muitos não resolver problemas do seu cotidiano.

É preciso lembrar que o *relativismo*, advindo ou, pelo menos, intensificado pela acentuada divisão da sociedade em classes, a partir da Revolução Industrial, é uma corrente de pensamento que questiona as verdades universais, tornando o conhecimento como um todo subjetivo (CSFG, 1977, p. 992 e seg.). Surgem, então, questões morais, cognitivas e mesmo culturais sobre as consequências de tal posicionamento. Para além das relações do *negacionismo* com o *relativismo*, há que se considerar, de modo semelhante, o confronto do *negacionismo* com o *niilismo*, doutrina essa que, do ponto de vista metafísico, tende a negar a realidade substancial, enquanto, do ponto de vista lógico-gnosiológico, corresponde ao ceticismo, que “exclui a verdade como valor objetivo” (CSFG, 1977, p. 783).¹⁰

¹⁰ Optou-se, no entanto, por abordar essa questão em outra publicação.



Portanto, é tentador pensar que cada momento político e mesmo cada sociedade sejam determinantes para construir e/ou modificar concepções como a de veracidade, com forte impacto na compreensão do mundo em um dado período histórico.

Por fim, mas não menos importante, considera-se pertinente registrar esse que talvez seja o maior desafio intelectual para a compreensão do *negacionismo*: dedicar-se a um projeto no qual se discuta em que medida os variados conceitos de verdade podem iluminar a Antropologia Filosófica e Cultural, seguindo os passos dos estudos clássicos de Ernst Cassirer (1972), a exemplo do que Francisco Caruso e Roberto Moreira fizeram recentemente com relação à evolução do conceito de espaço e, paralelamente, do suporte da escrita e do sujeito (Caruso & Moreira, 2020; Caruso & Xavier, 2020).

4. VERDADE, EPISTEME E NEGAÇÃO NA FILOSOFIA

4.1 ORIGEM DOS CONCEITOS DE VERDADE E EPISTEMOLOGIA

Desde a Antiguidade, tem-se várias compreensões do que é a verdade, conceito-chave quanto ao negacionismo. Provavelmente, ao longo da história, nenhum outro conceito filosófico seja mais dependente do sujeito do que esse. Como seria absolutamente impossível, e fora do escopo, abordar aqui sua evolução, sugere-se ao leitor ávido por mais informações reportar-se ao instigante livro “Truth” (Wrenn, 2014). Aqui, escolheu-se tão somente apresentar um esboço da origem deste conceito e de *episteme* na Filosofia Grega¹¹, pois ambos são sempre retomados toda vez que se pensa em discutir a veracidade do discurso. Em particular, na Seção 4.2, é feito um contraponto com o ensinamento dos sofistas, para os quais verdade tem um caráter subjetivo e utilitário, *i.e.*, é aquilo que é útil para a tomada e a manutenção do poder e para respaldar as ações humanas, pois esse ponto é relevante para a compreensão do negacionismo.

Com o surgimento da Filosofia na Antiguidade, o pensamento mitológico deixa de ser

¹¹ Por extensão, tal escolha pode se justificar pragmaticamente aceitando a ideia de Alfred North Whitehead (1979, p. 39) de que “toda filosofia ocidental não passa de notas de rodapé das páginas de Platão”.



a fonte inspiradora de compreensão e descrição da natureza. Os pré-socráticos instauram o conceito de *physis* (natureza) no centro da reflexão sobre o mundo sensível. Eles se preocupam em buscar o fundamento último das coisas, as substâncias primordiais, e um ou vários princípios, a partir dos quais se pode compreender a pluralidade da *physis*. De alguma forma, está implícito nesse novo modo de pensar que a verdade deva ser buscada na própria natureza. *Logos* e *physis* se encontram, *i.e.*, procura-se, a partir de então, o *princípio* físico material de todas as coisas: a *arkhé* (Caruso & Moreira, 2020, p. 30).

Em resumo, a premissa de admitir que a pluralidade da *physis* tenha uma causa racional, a qual deve ser buscada na própria natureza, equivale a aceitar que a indagação sobre o princípio de todas as coisas em si só já pressupõe a ideia de tomá-lo como verdade, pois dele, por construção, deveriam resultar as explicações acerca da variedade efetivamente encontrada na natureza. Em vista disso, a racionalidade do pensamento grego, desde sua origem, praticamente impõe que o problema da *verdade* e suas conseqüências sejam postos e compreendidos com clareza. Há quem diga que “o gênio grego, eminentemente especulativo, criou, desse jeito, a filosofia como «ciência da verdade»” (CSFG, 1977, p. 1246).

Um ponto de inflexão na Filosofia grega, pertinente ao que se está tratando, é o pensamento de Sócrates. A partir dele, a verdade não é mais algo imutável que dependa apenas das regularidades da natureza, descobertas a partir de sua observação (supostamente imparcial) e reflexão, mas passa a depender do próprio homem. Há nela, conseqüentemente, uma certa subjetividade, posto que essa subjetividade não se desvincule dos preceitos éticos vinculados à *polis*. Tal concepção nunca mais foi abandonada na Filosofia. A contribuição socrática, nesse sentido, pode ser resumida com essas palavras (Caruso & Moreira, 2020, p. 31):

Com ele [Sócrates], o homem passa a ser o foco maior da Filosofia. De fato, seu pensamento valoriza o homem como um ser social, alguém inserido em uma sociedade que deve ser justa e ordenada (no sentido da palavra grega *Kosmos*). Para ele, a *verdade* está no homem, mas este não consegue chegar a ela sozinho. É através do *diálogo*, entendido como forma de exercer a razão, que essa verdade é descoberta. E a vida moral deve ser guiada por um pensamento que conhece os valores ideais aos quais se chega por intermédio da Filosofia e da Razão. Assim sendo, na filosofia socrática, *homem* e *episteme* estão ligados em um todo estável, através do conceito de *Cosmos*.



Logo, a verdade é uma construção humana, fruto do diálogo, do confronto de ideias e, porque não dizer, de uma honestidade intelectual, que pressupõe a aceitação da razão. Simplificando muito, para Sócrates, o homem é a sua *psyché* e a felicidade resultaria da *busca da verdade* (Caruso & Moreira, 2020, p. 32). Ao se afastar deste ideal ou negá-lo, o sujeito moderno não mais “descobre” a verdade, mas a “fabrica” sem o crivo dialético do debate: a sua própria verdade (Seção 5).

Ainda segundo Sócrates¹², o diálogo, o questionamento e a indagação permanentes são o caminho da construção do saber, sempre provisório (Reale, 2000). Sendo assim, o homem é um ser que questiona, dialoga (aceito igualmente por Platão), constrói um conhecimento fugidío e conclui, com o filósofo ateniense: “*Sei que nada sei*”.

Platão (2010), em seu diálogo “Teeteto”, sugere a pergunta: se tudo é *doxa*, então tudo é opinião? Ou existe *episteme* no sentido de conhecimento absoluto? Pode-se adiantar que, do ponto de vista epistemológico, o programa platônico de se opor com firmeza à *doxa* e valorizar a demonstração, a geometria, a ciência – a *episteme* – leva, simultaneamente, à sedimentação do pensamento geométrico – o mundo ideal das formas – e à crítica severa da cultura oral, representada pelos sofistas e poetas. A dura crítica platônica a eles não é estética, mas essencialmente epistemológica (Caruso & Moreira, 2020, Seções 2.3 e 2.4).

No que tange à dependência da verdade em relação ao sujeito, o próprio Platão sugere, em vários diálogos, como no “Teeteto”, que desde sempre tudo depende do ser, tanto no sentido individual quanto coletivo. O pensador ateniense indica que não há “a verdade” a partir da troca entre interlocutores, mas há a medida humana para os eventos no mundo, assim como as classificações do que é certo, errado, belo etc. Na Filosofia, a *verdade*, enquanto conceito, parece indicar algo que permanece inalterável às contingências, sendo esse um conceito que não está em concordância com o senso comum. Por exemplo, Protágoras de Abdera, um sofista muitas vezes retomado na Filosofia e mesmo no Direito, colocou que: “O homem é a medida de todas as coisas, das que são pelo que são, e das que não são pelo que

¹² Sócrates, personagem frequente dos textos platônicos, parece indicar que como a *verdade* está longe dos elementos da língua, nunca será encontrada enquanto se pensar como sofistas, pois ela é uma busca ética.



não são” (Platão, 2010, 152a, p. 26).

Com Platão, o discurso escrito passa a ter um *status* mais objetivo. Surge uma nova arquitetura da linguagem, que possibilita a construção de orações subordinadas. Essa característica, *per se*, leva a uma progressiva mudança da sintaxe do grego (Havelock, 1982), possibilitando a construção de silogismos e o aperfeiçoamento da Lógica nas culturas pós-alfabéticas (Vernant, 1981), como fará em seguida Aristóteles.

A Lógica desempenha uma função imprescindível no sistema aristotélico, a partir de sua decisão de ir além da dialética platônica. Por seu caráter essencialmente crítico, essa dialética não era suficiente para a edificação de um conhecimento objetivo, calcado na lógica. Em resumo, a Lógica, para o Estagirita, consiste no estabelecimento de regras que permitem ordenar o discurso filosófico, de maneira a conduzir a *verdades formais* – irrefutáveis – envolvendo silogismos e conclusões formalmente corretas a partir de hipóteses. Com o tempo, vai se chegar ao conceito de *verdade lógica*, algo que não se poderia rejeitar, que não poderia nunca deixar de ser verdadeira. Essas *verdades formais*, num certo sentido, são uma tentativa aristotélica de evitar a armadilha de Sócrates ao aceitar “que a verdade está no homem”. Mas isso é um outro problema que não cabe ser discutido aqui.

Em continuidade, Aristóteles vai trazer, em algumas de suas obras, dois conceitos que tanto na *práxis* quanto na teoria são correlacionados à questão da verdade: a *techné* e a *episteme*. Para ele, havia uma diferença marcante entre o “necessário” e o “contingente” para o ser, em uma espécie de relação entre diferentes que se expressa na hierarquia entre *techné* e *episteme*. O primeiro termo possui certa variabilidade de acordo com a forma com que é tratado nas obras aristotélicas (Puentes, 1998, p. 130). Os textos principais que tratam de ambos os conceitos são: “Ética a Nicômacos”, nos capítulos 3 e 4 – Livro VI; e o 1º capítulo do Livro *Alfa* da “Metafísica”¹³.

No livro “Ética”, o Estagirita discute mais detalhadamente a sequência do saber e as 5 disposições da alma com as quais ela própria pode expressar a *verdade*. No capítulo 3 deste livro, encontram-se: a arte (*techné*), a ciência (*episteme*), o discernimento (*phrónesis*), a

¹³ Para encontrar termos específicos, indica-se o “Index Aristotelicus” de Bonitz (1955).



sabedoria (*sophía*) e o intelecto (*noús*) (Aristóteles, 1985). Importante destacar, segundo Puentes (1998, p. 132), que:

A primeira grande diferença entre essas disposições anímicas, diz respeito aos entes a que cada uma delas se refere. Logo, a primeira diferença entre elas é que a ciência, a sabedoria e o intelecto referem-se ao que não pode ser diferente do que é, ou seja, aos entes necessários e, portanto, eternos, isto é, aos entes que nunca foram gerados e que nunca se corromperão, dado que existiram e existirão por toda a eternidade. Estes são, para Aristóteles, o Movente Imóvel e os corpos celestes, que são formados por um elemento incorruptível, o éter, ao contrário dos corpos físicos do mundo sublunar, que são constituídos pelos quatro elementos corruptíveis: terra, água, ar e fogo.

A diferença entre a *techné* e a *episteme* estaria mais centrada no fato de que a primeira possui evidente *práxis*, possui âmbito pragmático para a vida, opostamente à *episteme*. Evidencia-se que a produção técnica é essencialmente uma capacidade raciocinada de produzir. A *techné* seria consequência das necessidades concretas da vida, e as ciências, em geral, como não se referem nem às mesmas necessidades e nem aos prazeres, são da contemplação dos filósofos, para quem a origem das ideias está na observação da *physis* como ponto de partida para a formulação da ideia acerca dos objetos e da variedade do Mundo.

Ainda no Livro VI da “Ética”, Aristóteles sustenta que a virtude de alguma coisa se relaciona com seu funcionamento apropriado,¹⁴ sendo que haveria uma trindade de elementos da alma que controlariam a *ação* e a verdade: a *sensação*, a *razão* e o *desejo*. A *afirmação* e a *negação* no raciocínio corresponderiam à busca e a repulsa do desejo. Contudo, a virtude moral seria uma disposição de caráter relacionada com a escolha, sendo esta escolha um desejo deliberado.

No caso da obra “Metafísica”, Aristóteles (2002) vai argumentar que o homem possui aspiração ao saber de forma racional, seguindo a esteira socrática de seu Mestre. Para tal, esse ser racional faz uso de algumas faculdades que irão permitir acesso ao saber: a *percepção*, a *memória* e a *experiência* (oriundas de memórias sucessivas de um mesmo fato)¹⁵.

Em suma, pode-se perceber, como mencionado no início desta seção, que se herdou da

¹⁴ Essa ideia dá respaldo àquela de Galimberti quando ele afirma que o sucesso da técnica no mundo contemporâneo tem a ver com o simples fato de ela *funcionar*.

¹⁵ Tal relação de ideias mostra-se mais completa na obra anteriormente citada, “Ética a Nicômacos”.



Antiguidade a ideia de que a natureza possa ter uma explicação, a qual deveria ser buscada com base na razão. Esse enorme legado, juntamente com o conceito de *Cosmos*, constitui-se, provavelmente, num dos mais importantes legados da Cultura Grega.

4.2 OS PAPÉIS NEGATIVO E POSITIVO DA NEGAÇÃO

Do século IV ao V a.C., desenvolve-se uma escola de pensamento influente, muito comentada até hoje: a sofística. Alguns pensadores se detiveram a analisar os Sofistas, e, talvez, o mais famoso tenha sido justamente Platão em obra homônima. Os Sofistas não eram um grupo homogêneo em suas propostas e conceituações, mas tinham inequívoca retórica, adquirindo fortes habilidades na persuasão pela linguagem, algo que até hoje se herdou inclusive pela Lógica, e um relativismo para com a visão de mundo, já que não consideravam verdades absolutas (Platão, 2011, cf. Introdução).

No caso do diálogo platônico “O Sofista”, em especial da subseção 118a até 264c, percebe-se que a discussão se concentra na resolução dos problemas do *não-ser* e da *falsidade*. Aqui há uma parte que inclui as aporias do não-ser, do ser, dentre outras, sendo analisados: a) o problema do ser, b) do não-ser e c) o problema da negativa, que aparecem a partir de 236d. A noção de não-ser pode ser entendida em três momentos: como em Parmênides, entendido como um absoluto nada (237b-239c); em relação ao conceito de imagem (239c-240c); e relacionado com a possibilidade do discurso do falso (240c-242b). Tais partes são importantes para que se possa entender a relação entre ontologia e discurso para a Filosofia de Platão (Salles, 2016).

Pode-se pensar tais aporias como uma possível fonte das diferentes formas de negacionismo que se encontram nas atuais visões de mundo, tanto envolvendo o cotidiano quanto a Ciência. As aporias revelam a incompreensão do sentido das expressões *ser* e *não-ser*, levando à séria dificuldade para se resolver problemas como os da *falsidade* e da *predicação*. Assim, se algo parece, mas não é, será então falso? Como é possível dizer falsidades, que são coisas que não são? Não se pode compreender que o não-ser seja uma



referência a alguma coisa, pois que a coisa sempre se aplica ao ser, e dizer alguma coisa é comunicar sempre o que é. O problema da referência exige que aquele que diz algo encontre um referente para aquilo “que é”, aponte ou se refira a um *isto*. Se algo não é desse modo acontecerá a *falsidade*, o mesmo que ocorre ao *não-ser*, e surgem as impossibilidades de pensar, dizer e indicar que recaem sobre a via negativa (Platão, 2011). Logo, os sofistas aceitam trazer para o debate argumentos que muitas vezes não seriam consensualmente aceitos, os quais, de certa forma, recordam o que atualmente se conhece como *fake news*.

Tal subjetivismo para o entendimento do que é a verdade parece ter chegado aos dias de hoje, quando os movimentos contra a educação e o mérito científico, mesclados com a mera realidade, propositalmente confundem visões construídas em parte com o senso comum e noutra com noções científicas. Tais confusões deliberadas, percebidas no dia a dia, levam, tal qual se passava na antiga civilização grega, ao surgimento de oportunidades para a promoção de figuras públicas, algumas das quais espalharam incertezas e *fake news* em um momento propício para essa promoção, a exemplo do que ocorreu na política durante a recente pandemia de Covid-19.

Com isso, dúvidas quanto à eficácia da racionalidade civilizatória e à facilitação do entendimento mais fundamentado da ciência afloraram, tentando arrastar, por exemplo, o conhecimento científico relacionado com a produção de vacinas para uma discussão vazia e inescrupulosa, sem qualquer preocupação com a busca do aprofundamento da verdade e do bem-estar social. Como afirma Karl Popper (2022), no 1º capítulo do livro “*Conhecimento objetivo. Uma abordagem evolutiva*”, a confiança está relacionada com “*uma crença pragmática nos resultados da ciência*”. Eis a associação que o negacionismo quer produzir: percepção + memória + experiência a produzir *doxa* como tendo o mesmo “peso” que o criterioso caminho para se chegar à *episteme*.

O sucesso atual da influência sofística talvez possa ser resumido desta maneira: ao se admitir que a sofística produz ilusões que, de alguma forma, acabam sendo aceitas como a norma para qualquer esfera do conhecimento (da *doxa* à *episteme*), justifica-se afirmar que o falso pode ser falado e pensado. Divulgam-se ideias que são falsas, mas se admite neste ponto



algo talvez embaraçoso para a tradição filosófica: a aporia de se aceitar que aquilo que deveria não ser, é. O Estrangeiro, um dos personagens de “O Sofista”, destaca o fato de não existir outra forma para explicar o falso: nada de falso é possível, sem essa condição (Platão, 2011, 237a).

Desta forma, percebe-se que o negacionismo recente foi retomado com bases sofisticadas semelhantes às encontradas em outros períodos históricos.

Contudo, deve-se lembrar aqui que nem toda negação tem necessariamente um valor epistemológico negativo. A conceitualização do que é ciência, empreendida por Popper (2013), a partir da falseabilidade, é um clássico exemplo. De fato, em 1935, vem à luz, em alemão, a obra “A Lógica da Pesquisa Científica”, na qual ele resolve demarcar o que é científico, posicionando-se a favor de uma proposição que leva a pensar a ciência dentro de um caráter lógico, admitindo que ela só possa ser definida por meio de regras metodológicas. Ao invés de se buscar a verificação de uma teoria como proposta assertiva de sua cientificidade, deve-se fazer, o oposto, ou seja, o possível para “falseá-la”. Para Popper, uma teoria que não admita ser *a priori* falsificada, não é científica¹⁶. Comprovar repetidamente uma teoria não afirma seu caráter científico. Ela tem necessariamente que ser passível de confrontação. A ciência evolui, por conseguinte, com a negação. Uma teoria refutada não mais retrata a verdade; mas aponta para outros caminhos, na busca de outras verdades. Essa é a essência do pensamento científico.

Concluindo esta breve reflexão, devem igualmente ser enfatizados o alcance e o valor da negação na dialética de Hegel. Negação voltada para a verdade no plano ideativo. E retomada por Marx, no plano do materialismo histórico, para compreender a sociedade daquela época. Sobre isso pode ser dito que a negação tangencia o ser: o ser em movimento, em transformação, cujos princípios pode-se considerar como aura das mudanças de toda ordem no mundo de hoje.

Enquanto o negacionismo se atrela ao atraso, a negação dialética mostra-se método de pensamento e de ação para entendimento da sociedade e da cultura no mundo atual.

¹⁶ Como exemplos de teorias não científicas, Popper cita a Indução, o Marxismo e a Psicanálise.



4.3 A REVALORIZAÇÃO DA VERDADE: UM LEGADO DO RENASCIMENTO

Durante um enorme período, que vai do início do Cristianismo até o final da Idade Média, a questão da verdade ficou circunscrita aos domínios da Teologia e da religiosidade, em uma sociedade europeia eminentemente teocêntrica.

O Renascimento Italiano retoma vários ideais clássicos, dentre os quais o de que a verdade deva ser buscada na natureza. Se se devesse sintetizar esse período com uma única frase, acredita-se que a melhor seria algo parecido com: houve um crucial desvio do olhar do homem sobre a natureza. Sai de cena o olhar do sujeito medieval e surge um novo, esse redirecionado e recondicionado para vê-la *como ela de fato é*. As *verdades filosóficas* passam por um novo crivo, fruto desse novo olhar, desse novo sujeito. Termina por ser valorizado aquele que, por meio de observações, está habilitado a tirar suas próprias conclusões a respeito do Mundo. Constroem-se “novas verdades” que, aos poucos, vão se afastando dos dogmas da Igreja e do aristotelismo por ela defendido. Para dar um único exemplo de um grande pensador renascentista referindo-se à verdade com o espírito renovado, alude-se a Giordano Bruno, para quem o valor de um homem não está na posse ou na capacidade de impor o que é verdadeiro; o valor de um homem está na constante aspiração à verdade (Rosa, 2014).

Para Leonardo da Vinci, outro gigante do Renascentismo, o *saper vedere* (“saber ver”) é o maior talento do artista. Para ele, isso vale, inclusive, para o cientista. Arte e Ciência são produtos da Natureza: a primeira produzida pela imaginação, a segunda, pela razão. Antes mesmo de Galileu Galilei, Leonardo já apregoava que uma ideia científica deveria sim ser confrontada com a experiência, como forma de honestidade intelectual, de não incorrer no falso. Mas é Galileu que lança as bases da Ciência Moderna, aliando uma descrição matemática da Física à necessidade de comprovar as teorias confrontando-as com os resultados de experimentos.

O Renascimento foi testemunha também de uma crise de unidade na ciência, marcada



por uma Física ainda aristotélica e uma Astronomia copernicana que negava o geocentrismo de Aristóteles, crise essa que abalou a credibilidade da própria Ciência. Este rico processo de transformações, a partir das contribuições de Copérnico, Galileu Galilei e, mais tarde, de Isaac Newton, culminaram na Revolução Newtoniana na Europa (Rossi, 1973), que estabeleceu novas bases para o pensamento físico sobre os movimentos, o sistema solar, os astros, o espaço etc. (Marques & Senra, 2022).

Por outro ângulo, a superação dessa crise introduzida por Copérnico deveu-se à grande síntese teórica de Newton, a qual restaurou a confiança na Ciência e na Razão, abrindo a estrada para o *Iluminismo*, marcado pelo Enciclopedismo, pela síntese filosófica de Kant (filósofo do newtonianismo) e pelo “*Système du Monde*” de Pierre-Simon de Laplace. Em particular, a “*Encyclopédie*” de Diderot e d’Alembert constitui-se em uma grande sistematização do conhecimento, de um autêntico manifesto à razão e em favor da crítica social produzida pelo Iluminismo. Instaure-se, dessa maneira, uma nova ordem no mundo material e no mundo das ideias. Junto com a Revolução Industrial, o processo das luzes abriu as portas para a Revolução Francesa (Marques, 2021).

Com a Revolução Francesa, iniciam-se tempos da contemporaneidade, quando, progressivamente, desenvolve-se uma cosmovisão mecanicista de origem científico-tecnológica.

A Segunda Revolução Industrial na Inglaterra, no final do século XIX, mudou de vez o panorama mundial. A Primeira Revolução Industrial teve início na segunda metade do século XVIII, também na Inglaterra, com a mecanização dos sistemas de produção. A burguesia industrial, ávida por maiores lucros e menores custos, e desejosa de acelerar sua produção, buscou alternativas para melhorar a produção de mercadorias e investiu no desenvolvimento e produção de máquinas industriais.

Do ponto de vista técnico-científico, ressaltam-se o aprimoramento da máquina a vapor, a invenção do dínamo e do motor à combustão, como consequências diretas da pesquisa científica básica. Essa nova característica muda as formas de organização do trabalho, como percebeu Karl Marx, agora direcionada para alcançar maior produtividade e



maiores lucros, empregando máquinas mecânicas e eletromagnéticas.

Analisando a sociedade a partir da Segunda Revolução Industrial, Marx estabelece que aquela sociedade se fundamentava nas relações de produção. Ele foi capaz de antever graves consequências nessas mudanças ao cunhar a conhecida expressão “tudo que é sólido desmancha no ar”, referindo-se a um mundo fugaz, antecipando, de certa forma, o surgimento da *modernidade líquida* (Bauman, 2010), termo introduzido pelo sociólogo e filósofo polonês Zygmunt Bauman. Além disso, Marx antevê com clareza o quanto a supervalorização dos bens materiais afetará o caráter humano (Sennett, 2003).

Cabe destacar que o século XIX foi caracterizado pelo modo de produção com seus corolários econômicos e pelo desenvolvimento das ideologias, entendidas aqui em seu sentido sociológico e político, o qual naturalmente contempla os interesses econômicos voltados para lucros rápidos e cada vez mais ambiciosos. Exatamente esse caráter político é um pano de fundo propício ao desenvolvimento de um pensamento eminentemente sofista, que não mede esforços para tornar uma determinada ideologia mais atraente que outra. Abre-se, dessa maneira, uma nova porta para o negacionismo.

5. O SUJEITO NEGACIONISTA

A questão do sujeito e da identidade humana é extremamente complexa e não se faz possível abordar aqui os diversos tipos de sujeito que se formaram ao longo da História. No entanto, qualquer tentativa de se compreender a formação do espírito negacionista não pode deixar de lado seus aspectos sociológicos, que remetem à identificação de algumas características comuns do sujeito em uma particular época. Tais características têm a ver com uma particular visão de Mundo, mas também é reflexo do pensamento do homem sobre si mesmo. Sendo assim, optou-se por fazer um breve resumo da evolução do sujeito a partir da visão e da nomenclatura do sociólogo britânico-jamaicano Stuart Hall (1992).

É bem sabido que a Idade Média foi uma época em que a religião definia todos os aspectos da vida – a família, o trabalho, o direito divino a definir as relações sociais –,



tornando a sociedade essencialmente teocêntrica. Ela define-se, em parte, pelo *sujeito medieval*, preso em sua posição nessa rígida e opressora sociedade, na medida em que o homem é impedido de escapar à sua condição social (altamente hierarquizada), restando-lhe apenas a possibilidade de salvação por meio de sua crença religiosa.

Stuart Hall (1992) vê de modo original a história do homem no período moderno. Para ele, o *homem moderno*, que anuncia o Renascimento, olha o mundo e o questiona – à maneira dos antigos – e é chamado de *sujeito iluminista*, o qual se distingue do *homem medieval* por sua abertura, suas novas descobertas, marcadas pela valorização do *novo*: novo Mundo, nova Ciência, nova Arte, em suma, nova relação do homem com o Cosmos. Esse sujeito ganha, posteriormente, novos significados com os ideais de liberdade e igualdade da Revolução Francesa.

À medida que as interações sociais se intensificam, Hall (1992) identifica o surgimento de uma nova percepção do homem sobre si mesmo e cunha a expressão *sujeito sociológico*, o qual tem sua identidade formada a partir da interação entre o indivíduo e a sociedade. Esse indivíduo possui seu núcleo interior (que define seu Eu), mas este passa a ser alterado por conta do diálogo com outras pessoas com as quais interage socialmente e com o universo da Cultural com o qual está em contato. É o sujeito característico do século XIX e da primeira metade do século XX. Enquanto o *homem iluminista* foi contemporâneo da imprensa e da generalização do livro, das Grandes Navegações, da Reforma, das Revoluções Copernicana e Newtoniana, o *homem sociológico* vivencia a era das transformações científicas, tecnológicas e sociais dos séculos XIX e XX. Dentre elas, destacam-se o advento do trem, do telégrafo, do rádio e da televisão, todas invenções de enorme impacto nas relações sociais, que crescem exponencialmente.

Há algum tempo, testemunha-se o progressivo desaparecimento desse sujeito e o nascimento do *sujeito pós-moderno*, possuidor de uma identidade multifacetada que, em realidade, pode ser considerada como superposição de várias identidades, as quais, em alguns casos, chegam até mesmo a ser contraditórias (Caruso & Moreira, 2020). Talvez suas características possam ser definidas com mais nitidez a partir da Internet, que torna o homem



um ser vivente em um espaço imaginário multidimensional¹⁷.

Nesse cenário, há, entretanto, um fator altamente significativo, que marcará uma forte diferença qualitativa entre o homem sociológico moderno e o homem pós-moderno do final do século XX e início do século XXI (Hall, 2006). É a *fragmentação* exagerada de tudo, é o que se pode chamar de *descentramento do sujeito*. A percepção que este novo sujeito tem do Mundo e de si mesmo se constrói em um espaço imaginário de dimensionalidade praticamente infinita que o assusta (Caruso & Moreira, 2020), criado pela internet e pelas redes sociais. A internet tem inegavelmente um caráter fractal: espaço e tempo são fragmentados; todas as narrativas dela são incompletas e revelam *flashes* do mundo, sem passado nem futuro. O homem dependente dessa realidade se dissolve completamente no que Bauman chama de *modernidade líquida* (Bauman, 2010). Efetivamente, há quem defenda que a percepção do *cyberspace* não apenas desenvolve uma multiplicidade de pontos de vista, mas, em paralelo, um conjunto de *eus*, como já mencionado. Vislumbra-se, assim, uma redefinição recorrente de tudo, capaz de criar múltiplas identidades que operam em diferentes lugares do ciberespaço e do espaço real. Esse *eu*, ao mesmo tempo, multiplicado, fracionado e disperso, parece ser fundamental à vida na *net* e se espraia para o mundo real.

Parece bastante evidente que as características essenciais desse novo sujeito o obrigam a pulverizar sua própria história. Esse é um trampolim para a flexibilização e até mesmo a negação da História, *lato sensu* (Caruso & Marques, 2021). A aceitação dessa possibilidade, de modo análogo, acaba conduzindo a uma negação ou desprezo pela Cultura, que encerra em si toda uma história que caracteriza e, de certa forma, define uma certa continuidade da evolução humana. Impossível não lembrar aqui da triste frase do segundo homem do partido nazista, Hermann Göring, que disse, numa paráfrase livre, que “toda vez que ouve falar de Cultura, ele puxa sua pistola”, além da lastimável queima de livros em lugares públicos na Alemanha nazista, em 1933.

Essa espécie de negação permanente de suas raízes e de sua história pode acarretar uma corrosão do seu próprio caráter, risco ao qual todos estão expostos atualmente. Isso é

¹⁷ Esse fato foi técnica e socialmente determinante para a utópica ideia de “aldeia global” e para a revolução que viria com os computadores, num primeiro momento, e com a internet a seguir.



particularmente verdadeiro ao se levar em conta as novas relações de trabalho, frutos de uma sociedade capitalista que evoluiu para um capitalismo selvagem como o que se vê no Mundo de hoje¹⁸. Alude-se aqui ao ponto de vista do sociólogo Richard Sennett (2003). Ainda que muito resumidamente, infere-se como esse processo pode se dar das próprias palavras de Sennett (2003, orelha do livro):

(...) o desenvolvimento do caráter depende de virtudes estáveis como lealdade, confiança, comprometimento e ajuda mútua. Características que estão desaparecendo no novo capitalismo. Em alguns aspectos, as mudanças que marcam este novo sistema são positivas e levaram a uma economia dinâmica, mas também corroeram a ideia de objetivo, a integridade e a confiança nos outros, aspectos que gerações anteriores consideravam essenciais para a formação do caráter.

Sua premissa inicial é que o lema de sobrevivência na economia moderna pode colocar a vida emocional das pessoas à deriva. Todos estão expostos a uma forte tendência de “reinventar decisiva e irrevogavelmente as instituições, para que o presente se torne descontínuo com o passado” (Sennett, 2003, p. 55). Justifica-se, portanto, a dificuldade de os indivíduos construir suas próprias histórias, a partir de suas experiências profissionais e de seus laços de dependência com outros indivíduos, cada vez mais precários e superficiais. Isto sem falar no *descentramento do sujeito* ao qual se acaba de fazer referência. Uma consequência direta deste cenário é que as pessoas tendem a viver unicamente o presente e, isto posto, tendem a desprezar a História e a Cultura.

6. A PRÁXIS NEGACIONISTA

Outra problemática do negacionismo, importante de se abordar aqui, está em uma corrente epistemológica que corrobora a não aceitação de verdades absolutas: o *relativismo*, no qual se admite seu caráter relativo (Rothman, 2005). Isso implica que a validade daquilo que foi proposto cientificamente, ou mesmo o fulcro de um juízo (qualquer afirmação ou negação entre duas ideias ou dois conceitos), por exemplo, dependam das condições ou

¹⁸ As contradições impostas pelo capitalismo (Bell, 1976) são atualmente mais fortes do que nunca, em face à globalização. Elas favorecem o aparecimento de “rachaduras” na tessitura social e cultural das sociedades, algo favorável ao surgimento do negacionismo.



circunstâncias em que tais proposições foram antes formuladas, podendo ser uma situação histórica interpretada de maneira arbitrariamente particular. Uma das implicações do relativismo centra-se na *ética*, pois a partir desse estado de coisas não se pode dizer, a respeito de algo, se aquilo é bom ou não. A bondade, ou mesmo a maldade de alguma situação ou fato, dependeria de circunstâncias ou momentos que esbarram claramente no tecnicismo e na tecnocracia, inclusive indo ao encontro aos exemplos já citados neste artigo relacionados ao nazifascismo.

A *banalização do mal*, como coloca Hannah Arendt (Souki, 1998), está na fronteira de muitos campos epistêmicos (não apenas da Filosofia ou da Política). A reflexão sobre o julgamento do criminoso de guerra nazista Adolf Eichmann funda o conceito de *banalidade do mal*, hodiernamente difuso. As declarações de Eichmann são um forte exemplo de até que ponto o *tecnocentrismo* pode trivialmente levar à negação do óbvio, dos valores éticos e morais, fazendo com que seu ator, incapaz de refletir, tenha o único compromisso de cumprir bem sua atividade tecnicamente, devendo-se reportar apenas ao líder.

Nada é verdadeiro e nem falso para o relativismo radical, nem nada é bom ou ruim. Não há predicados que validem certezas. Quando muito, aceitam-se que apenas determinadas circunstâncias validam tais predicados e que, assim, devam ser admitidos de maneira restrita. Em contrapartida, embora não se possa afirmar que a ciência seja absolutamente verdadeira, cabe sustentar que ela o é dentro de condições bem especificadas e de acordo com a experiência. Quem defende a relativização das verdades científicas, o faz com o objetivo de lograr que o prestígio que a ciência adquiriu ao longo de milênios passe a ser questionável. Há, também, a clara tentativa de negligenciar qualquer saber que não seja o aceito por esse grupo (que pode ser hegemônico ou não), com a imposição de valores universais, levando à obediência sectária (Arendt, 2011).

Lembrando o historiador britânico Eric Hobsbawn (1998), fica evidente que tais circunstâncias condicionam a verdade, a falsidade, e mesmo a validade de um juízo, quase que estimulando a generalização da proposta de Protágoras de que “o homem é a medida de todas as coisas”. Inclusive, lembre-se que, se a medida de tudo é o ser humano como espécie,



o relativismo pode ser entendido por tais grupos como “relativismo específico”, conduzindo a particulares escolhas balizadoras, como, por exemplo, uma raça, como aquela que pode ser escolhida ou banida. Ou, ainda, uma época histórica (seria um relativismo histórico) eleita como a referência para confirmar ou negar escolhas. Logo, percebe-se que para se negar algo, ou mesmo afirmar que é mentira, é necessário contrapor a mentira à verdade, e isto implica que se admita que a verdade não é apenas algo subjetivo ou fruto de interpretações, ou até mesmo decorrente de um grupo opositor.

7. COMENTÁRIOS FINAIS

As múltiplas questões aqui apresentadas estão longe de terem sido respondidas com profundidade e merecem continuar sendo estudadas e analisadas na perspectiva filosófica.

Talvez se possa concluir, reafirmando que se vivenciam tempos de obscurantismo, fenômeno capaz de levar a atitudes extremistas, as quais contém, em seu âmago, o negacionismo e o relativismo enquanto ferramentas de poder de alguns grupos (felizmente ainda não hegemônicos), difusos em diversos países, incluindo o Brasil. Eis algo que reforça, outrossim, a importância da manutenção de uma luta política constante (pois todo homem continua a ser um ser político).

Democracias podem colapsar devido a personagens como Trump ou Bolsonaro, exemplos históricos de adesão cega ao negacionismo, e que nos traz à memória a própria ascensão de Mussolini, nos anos 1920, e de Hitler, nos anos 1930. Como colocam Levitsky e Ziblatt (2018), o aumento vertiginoso do autoritarismo se dá, via de regra, com o enfraquecimento gradual de instituições fundamentais, como a imprensa, a ciência, o judiciário, e com a erosão gradual de normas políticas e de referências epistêmicas e históricas. A História recente evidencia que o obscurantismo, baseado nos conceitos aqui discutidos e defendido por classes que se dizem conservadoras, apenas reforçaram a desigualdade social e, concretamente, levaram à morte milhões de pessoas no mundo (cerca de 700 mil no Brasil na data desta publicação) com a pandemia de Covid-19.



Se fosse necessário destacar aquilo que, na opinião dos autores, mais contribuiu para essa tendência negacionista, se optaria por mencionar a valorização excessiva da tecnologia (*techné*), elevada à tecnocracia na sociedade contemporânea, com toda sua carga negativa já mencionada ao longo do texto. De certa forma, essa característica dos tempos atuais faz com que valores como empatia e verdade passem ao longo dos ideais e da prática de vida das pessoas. O *sujeito pós-moderno*, geralmente, é um executor de tarefas, desprovido de juízo crítico, moral e ético.

O Mundo e as próprias relações humanas estão impregnados do falso. Só para citar um exemplo, em 1982, o filme de ficção científica *Blade Runner*, dirigido por Ridley Scott, previa que, em 2019, haveria esquadrões especializados em reconhecer e eliminar replicantes, seres biônicos feitos à semelhança do homem para executar tarefas técnicas, mas com prazo de validade. Alguns se rebelavam e eram perseguidos até serem presos e destruídos. O ano atual é 2023. A ficção prevista não se realizou, mas há de se reconhecer que já se faz necessário a criação de um tipo diferente de *Blade Runner*, capaz de reconhecer o falso ou as falsificações. Trata-se agora de identificar *fake news* (papel que setores da imprensa já exercem), imagens manipuladas digitalmente que confundem de tal forma o olhar das pessoas comuns ao ponto de não saberem mais reconhecer se são verdadeiras ou não. Soma-se a isso a possibilidade recentíssima de textos serem escritos por IA (Inteligência Artificial), aos quais, certamente, com o passar do tempo, será cada vez mais difícil atribuir uma autoria. Claro, nesta onda de propagação do falso, de mentiras, o negacionismo tem um triste lugar de destaque.

Por fim, os autores gostariam de declarar seu ceticismo no que se refere a uma solução de curto e médio prazo para o negacionismo, ao mesmo tempo que reiteram que o caminho é discutir, discutir e discutir para onde se está indo, caso essa perniciosa tendência não se reverta. Refletir sobre o problema já é um ótimo começo.

8. AGRADECIMENTOS



Os autores agradecem à Mirian de Carvalho pela leitura crítica do manuscrito e por algumas sugestões.

9. REFERÊNCIAS

- ARENDDT, H. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômacos*. Brasília: Editora UnB, 1985.
- ARISTÓTELES. *Metafísica*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- BARBOSA, M. (Org.). *Pós-verdade e fake news: reflexões sobre a guerra de narrativas*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2010.
- BELL, D. *The cultural contradictions of capitalism*. London: Heinemann, 1976.
- BONITZ, H. *Index Aristotelicus*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1955.
- CARUSO, F. & MARQUES, A. J. Ensaio sobre o negacionismo científico em tempos de pandemia. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 11, p. 1-17, 2021.
- CARUSO, F. & MOREIRA, R. *O livro, o espaço e a natureza*. Ensaio sobre as leituras do mundo, as mutações da cultura e do sujeito. São Paulo: Livraria da Física, 2ª edição, 2020.
- CARUSO, F. & XAVIER, R. M. In what sense space dimensionality can be used to cast light into cultural anthropology? In: de Barros, J. Acacio & Krause, Décio (Eds.). *A True Polymath: A Tribute to Francisco Antonio Doria*. College Publications, Rickmansworth, UK, 2020, p. 344-378.
- CASSIRER, E. *Antropologia Filosófica*. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1972.
- CSFG (Centro di Studi di Filosofici di Gallarate). *Dizionario delle idee*. Firenze: G. C. Sansoni Editore, 1977.
- DE MASI, D. *Entrevista dada à última edição do IT ForOn Series*, série de conversas produzidas pelo Grupo IT Mídia e mediadas pelo jornalista Vitor Cavalcanti. Disponível em: <https://itforum.com.br/noticias/para-domenico-de-masi-o-lider-pos-pandemia-devera-pensar-em-sociedade/>. Acesso em 11 de março de 2023.



- FRANKFURT, H. G. *Sobre a verdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GALIMBERTI, U. *Psiche e techne: o homem na idade da técnica*. São Paulo: Paulus, 2019.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HALL, S. The question of cultural identity. In: Stuart Hall, David Held & Anthony McGrew (Eds.). *Modernity and Its Futures*. Cambridge: Polity Press, p. 274-316, 1992.
- HAVELOCK, E. A. *The literate Revolution in Greece and its Cultural Consequences*. Princeton: University Press, 1982.
- HOBSBAWN, E. *Sobre a História: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HORKHEIMER, M. *Eclipse da razão*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- KAKUTANI, M. *A Morte da Verdade*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.
- LEVITSKY, S. & ZIBLATT, D. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- MAREK, M. Como o rádio se tornou um culto entre os alemães. *Deutsche Welle*. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/como-o-r%C3%A1dio-se-tornou-um-culto-entre-os-alem%C3%A3es/a-56032947>. Acesso em 5 de março de 2023.
- MARQUES, A. J. & SENRA, A. V. D. Aristotle and the Enlightenment in the History of Science: possible relationship? *Research, Society and Development*, v. 11, n. 6, p. e35811629299, 2022.
- MARQUES, A. J. *O iluminismo no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Sabedoria Arcana, 2021.
- McLUHAN, M. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Editora Cultrix, 2007.
- POPPER, K. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Cultrix, 2013.
- PUNTES, F. R. A *techné* em Aristóteles. *Hypnose*, v. 3, n. 4, p. 129-135, 1998.
- REALE, G. *Socrate. Alla scoperta della sapienza umana*. Milano: Rizzoli, 2000.
- ROSA, G. M. Diana e Atteone. *Ars Memorandi*. Disponível em:



<http://arsmemorandi.blogspot.com/2014/02/diana-e-atteone-parte-prima.html>. 2014, acesso em 5 de março 2023.

ROSSI, P. (Ed.). *La Rivoluzione Scientifica: da Copernico a Newton*. Torino: Loescher Editore, 1973.

ROTHMAN, T. *Tudo é relativo*. Rio de Janeiro: Difel, 2005.

SALLES, L. L. B. M. As faces do sofista de Eléia. *Anais de Filosofia Clássica*, v. 10, n. 20, p. 1-22, 2016.

SENNETT, R. *A corrosão do caráter, consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SOUKI, N. *Hannah Arendt e a banalidade do mal*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

TAYLOR, R. Goebbels and the Function of Propaganda. In: WELCH, D. (Ed.). *Nazi Propaganda. The Power and the Limitations*. Oxfordshire: Routledge, 1983.

VERNANT, J.-P. *As origens do pensamento grego*. Rio de Janeiro: Difel, 1981.

WHITEHEAD, A. N. *Process and reality*. New York: Free Press, 1979.

WRENN, C. *Truth*. Key concepts in Philosophy. United Kingdom: Polity Press, 2014.

